

O IDEB E AS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ENTRE 2015 E 2019

Joelson Santana Ribeiro*

RESUMO

O presente artigo apresenta discussões sobre a implementação de Políticas Públicas na Educação entre os anos de 2015 a 2019, tendo como objetivo analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no estado da Bahia e as ações empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação nesse recorte temporal (quatro anos). O artigo oferece reflexões que estimulam diferentes pensamentos sobre a influência das políticas públicas educacionais na melhoria da qualidade da educação no estado. Além disso, o estudo investigativo aborda um breve histórico do IDEB, bem como a importância do cumprimento das suas metas para construção dos objetivos, esteja ele em curto, médio ou longo prazo. A construção desses objetivos envolve a implementação das políticas públicas por estados e municípios, visando à melhoria da qualidade da educação e seus reflexos nas avaliações que medem os indicadores de qualidade, além de verificar os impactos das ações empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEE- BA) ao longo do período analisado. Como, por exemplo, oferta de formação continuada, criação de um Sistema Estadual de Avaliação (SABE), implementação de um programa de monitoria (Mais Estudos), criação de um programa de esporte e cultura. Nessa perspectiva, este artigo possibilita o entendimento das avaliações de larga escala e a importância de fazer uso desse elemento como instrumento de gestão educacional para/das unidades escolares, para toda a rede de ensino do estado. Palavras-Chave: Bahia. Políticas Públicas Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB é um indicador nacional que possibilita mensurar a qualidade da Educação e instrumentalizar, a partir dos dados coletados, a implementação de políticas públicas. O cálculo do IDEB é feito a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. As médias de desempenho, para as escolas dos municípios são feitas a partir dos resultados da Prova Brasil, já para os Estados são utilizadas as médias de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, c2018).

A partir do início da série histórica do IDEB, o Inep, baseado em referências de qualidade dos países da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico

* Professor da Rede Pública Estadual - Bahia, Técnico da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-BAHIA. Graduado em Matemática. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Informações. E-mail: joelsonmatematica@hotmail.com.

(OCDE), definiu metas de qualidade que deveriam ser alcançadas por escolas, estados, municípios e união a cada dois anos, de 2007 a 2021. Essas metas fazem parte do eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação e foram fixadas de acordo com o compromisso “Todos Pela Educação”, assinado por entes federados:

As metas são diferenciadas para todos, cada unidade, rede e escola, e são apresentadas bienalmente de 2007 a 2021, de modo que os estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas, com apoio específico previsto pelo Ministério da Educação para reduzir essa desigualdade (BRASIL, 2020a, recurso online).

Sabe-se que o IDEB é fundamental para a melhoria da qualidade da educação e se torna ainda mais importante, porque coloca um objetivo em perspectiva para alcançar o patamar que deseja. Além disso, consiste no indicador necessário para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso com “Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).

Percebe-se que é um plano que busca uma ação em conjunto em prol da melhoria da qualidade da educação. O fator relevante da situação é que as peças fundamentais dessa transformação, a comunidade e a família, foram inseridas no processo. Desse modo, a adesão de todos os estados ao “Todos pela Educação” (BRASIL, 2007), fez com que cada ente federado assumisse a responsabilidade de se mobilizar por uma educação de qualidade, compromisso que se torna mais sério, porque exigirá esforços individuais de cada estado, diante o grande objetivo que consiste na redução da desigualdade educacional.

A desigualdade existe, porque o ponto inicial de cada um é distinto, e aquele que está em situação menos privilegiada terá que imprimir um esforço maior para obter a evolução preestabelecida. Com isso, cada ente federado assume de forma voluntária a responsabilidade e o compromisso de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, mediante meta estabelecida pelo IDEB (BRASIL, 2007).

Um dos grandes objetivos do Brasil é alcançar a meta de seis pontos no IDEB até 2021, um índice de aprovação equivalente ao assumido pelos países desenvolvidos. Através desse índice, é feita uma comparação com as metas preestabelecidas para entender se os métodos pedagógicos aplicados nas escolas estão surtindo efeito ou não:

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando

ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” e que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE (BRASIL, 2020c, recurso *online*).

Vale ressaltar, de acordo com os investimentos feitos na educação e as políticas públicas implementadas, por estados e municípios, que podem ocorrer diferentes variações dos índices de estado para estado, de município para município e até mesmo de região para região do país, o que significa que nesse âmbito as metas preestabelecidas podem ser cumpridas ou não.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar a evolução do índice, no período de 2015 a 2019, no estado da Bahia e as ações empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação nesse período. Enquanto o Brasil está tentando atingir a média seis, o Estado da Bahia está tentando de diversas formas fortalecer o sistema estadual de educação para alcançar a média 4,5 (quatro vírgula cinco) até 2021.

A Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEE - BA) tem investido nas políticas públicas de educação, para colocar em prática medidas que garantam avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino no estado. A partir desse viés, o presente artigo busca compreender a relação do avanço do IDEB com as políticas públicas executadas ao longo dos anos, levantando hipóteses de como elas podem ter impactado no sistema de educação no Estado da Bahia. Com isso, verificou-se que ao longo do período de 2015 a 2019, a Secretaria Estadual de Educação (SEE - BA) realizou ações que podem ter implicado nesta melhoria, como, por exemplo, a oferta de formação continuada aos professores, a criação de um Sistema Estadual de Avaliação (SABE), a implementação de um programa de monitoria – Mais Estudos –, a criação de um programa de esporte e cultura (BAHIA, 2020a).

Levando em consideração que o Ensino Médio é a etapa mais crítica e que possui a meta descumprida em todos os estados da federação, pode se afirmar que o avanço ocorrido no IDEB, ao longo do período referente, no estado da Bahia foi positivo, inclusive houve avanços entre os anos de 2013 a 2015; sendo que em 2017, além de não ter alcançado o índice esperado, teve redução no valor do IDEB de 2,9 para 2,7, porém, apesar de não ter atingido a meta, que era 4,3, conseguiu um avanço considerável, passando de 2,7 para 3,2 em 2019. Vale ressaltar que neste último ano houve um crescimento expressivo, pois, desde que o indicador foi lançado no ano de 2005, à rede estadual de ensino da Bahia alcançou o melhor Índice na série histórica para o Ensino Médio. Em termos percentuais, a Bahia cresceu 18,5%, ficando abaixo apenas do Paraná, que foi de 18,9% (BAHIA, 2020).

O presente artigo aborda, portanto, da implementação de Políticas Públicas na Educação entre os anos de 2015 a 2019, tem como objetivo analisar a evolução do IDEB no estado da Bahia e as ações empreendidas pela Secretaria Estadual de Educação nesse recorte temporal.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento desta pesquisa foi escolhido, especificamente, a etapa do Ensino Médio da rede estadual de ensino do Estado da Bahia, pois, por ser aquela que tem passado por grandes desafios no país, sobretudo, no Estado da Bahia, no que diz respeito ao cumprimento de metas. Diante disso, sentir-me desafiado a desenvolver pesquisas e estudos na área do planejamento educacional retomando e analisando os dados dessa referida etapa, pois o aprofundamento destes poderei contribuir para com a melhoria dos índices no estado da Bahia.

A escolha de apenas o Ensino Médio, no período de 2015 a 2019, se deu propriamente por ser menos complexo e devido a facilidade em filtrar os dados, bem como o recorte temporal, o qual forneceu uma quantidade ideal de informações para o desenvolvimento da pesquisa.

Para melhor explicitar as informações, foi feito um recorte dos dados referentes ao Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica. O Ensino Médio tem por finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), promover a formação integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania, para o prosseguimento dos estudos e para a inserção no mundo do trabalho, formando, dessa forma, cidadãos autônomos e atuantes na sociedade. Para a pesquisa utilizou-se uma base de dados abertos e públicos do INEP e do site especializado da Secretaria Estadual de Educação do estado da Bahia (BRASIL, 1996).

Como professor da rede estadual de ensino, que atua na última etapa da Educação Básica (Ensino Médio), trabalhando diretamente com a execução das políticas públicas, entendo que é preciso compreender que os resultados da avaliação não devem ser usados apenas para traduzir certo desempenho escolar e sim, utilizados como um forte aliado na definição de novas políticas públicas, projetos e programas. Uma vez que nós, docentes, temos conhecimento da importância dos indicadores de qualidade para a eficácia escolar, teremos conhecimento dos mecanismos que contribuem para a melhoria dos indicadores, assim como mais facilidade em usar as políticas públicas e até mesmo compreender as diferentes variáveis que interferem na oferta de uma educação de excelência.

Para este artigo, foi realizada uma análise minuciosa nas notas do IDEB, relacionadas ao período pesquisado, e ao mesmo tempo, foi analisado o período que as políticas públicas no Estado da Bahia foram efetuadas. Tal análise possibilitou o levantamento de hipóteses sobre a influência dos programas implantados, para isso foi feito a segregação dos programas implementados no estado da Bahia em cada período e os resultados obtidos no final ou em decorrência dele.

A relevância da pesquisa em pauta reside no fato de que, além de identificar o período de implementação das políticas públicas pelo governo Estadual da Bahia, realizou o acompanhamento dos resultados após a implementação, para chegar a algumas considerações sobre a influência dessas políticas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Bahia.

Algumas políticas públicas foram implementadas pelo Governo do Estado no período de 2015 a 2019 como, por exemplo: o Programa de Monitoria – Mais Estudos; o Programa de Esporte e Cultura, os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC) em 2013; o Sistema de Avaliação Baiano da Educação – Sabe de 2007 a 2019; o Programa Educar para Transformar em 2017; o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, a Feira de Ciências da Bahia, também em 2017; e o Mais Estudo em 2019. Além disso, nesse período, ocorreu também o aprimoramento de alguns programas já existentes.

Através das metas projetadas para o período em análise, e os resultados obtidos nos mesmos anos, é possível identificar que ainda existe uma distância do real para o desejado, ou seja, para o alcance da meta do IDEB colocada para o Estado da Bahia que é de 4,5. No entanto, a perspectiva é a de que este avanço aconteça à medida que forem criadas políticas públicas educacionais baseadas nos relatórios de desempenhos, formulados a partir dos questionários e da proficiência dos estudantes.

Este artigo está organizado de forma que seja abordado, em uma seção principal, os conceitos relacionados às avaliações em larga escala, bem como o instrumento de gestão na implementação de políticas públicas educacionais. Além disso, há as subseções, que apresentam um breve histórico do IDEB, as políticas públicas que hipoteticamente possam ter tido impacto nos indicadores do estado da Bahia, a análise dos resultados e as metas estipuladas pelo Índice na última etapa da Educação Básica no Brasil e Bahia, de 2015 a 2019, finalizando com algumas considerações.

2 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.

No final da década de 1980, o Ministério da Educação (MEC), teve grande destaque no cenário educacional Brasileiro, quando em 1987, especificamente, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), implementou um amplo Sistema Nacional de Avaliação e criou o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP), segundo Coelho (2008), Freitas (2007) e Bonamino (2002), essa iniciativa teve o objetivo de avaliar o Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL).

O EDURURAL foi um programa criado em parceria entre o Governo da União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com o objetivo de fortalecer o planejamento e o administrativo da educação, bem como expandir as oportunidades educacionais para assim qualificar a educação no meio rural do Nordeste, ação instituída pelo Decreto nº 85.287, de 23 de outubro de 1980:

Art. 1º. Para dar cumprimento aos compromissos constantes do Contrato MEC /BIRD nº 1867/BR/1980, celebrado em 18 de julho de 1980 entre o Governo da União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), fica instituído no Ministério da Educação e Cultura o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste - EDURURAL-NE. (BRASIL, 1980)

Logo em seguida, Ministérios da Educação (MEC) reconheceu a necessidade de adquirir conhecimentos sobre o sistema educacional de modo geral, por meio do INEP e assim, converteu o SAEP em Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que teve sua primeira aferição de desempenho de alunos, em prova padronizada de forma amostral, em 1990.

Em 1995, com a restauração do sistema para SAEB, foi incluso estudos e análises dos alunos do Ensino Médio da rede pública e particular; tendo sido incorporados levantamentos de dados sobre as características socioeconômicas, culturais e os hábitos de estudo dos alunos. Outra relevante alteração foi à introdução da metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI):

O modelo logístico da TRI parte do princípio de que quanto maior a proficiência do respondente, maior a sua probabilidade de acerto, traço latente acumulativo. O seu parâmetro de dificuldade é medido na mesma escala da proficiência, fato este que permite a comparabilidade entre resultados de diferentes testes e a construção e interpretação de escalas de proficiência, como a escala nacional de proficiência do SAEB construída pelo INEP/MEC para Matemática e Língua Portuguesa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Com a utilização do modelo logístico, TRI, é possível fazer uma análise comparativa da série histórica e a partir dessa análise, criar um plano de políticas públicas de curto, médio e longo prazo.

O SAEB, ao longo do período, passou por diferentes fases, essa mudança se deu pela necessidade de deixar os instrumentos avaliativos mais precisos, uma adequação de matriz curricular e revisão de itens importantes como: critérios de inclusão/exclusão de alunos, dentre outros.

Em 2005, o governo reestruturou o SAEB que passou a ser composto por duas provas; sendo uma com as mesmas características, procedimentos e objetivos da avaliação anterior, denominada ANEB e a outra criada com o objetivo de estimar a capacidade do ensino

ministrado na rede pública, denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como Prova Brasil. Em 2013, com o objetivo de comparar o grau de letramento e alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, foi incorporada a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A alteração do caráter amostral para o caráter censitário, possibilitou a criação de um instrumento de gestão tanto do sistema de avaliação quanto das unidades escolares (BAHIA, 2021).

A avaliação amostral, com a qual as escolas e até mesmo os municípios nunca se identificaram, somada à necessidade de fazer da avaliação um instrumento de gestão para/das unidades escolares levou à proposição da Prova Brasil, cujos resultados estão disponíveis para cada uma das redes e para cada escola (SOUSA; LOPES, 2010, p. 55).

Compreender a avaliação do SAEB como instrumento de gestão é relevante para os professores, para a escola e para toda a rede de ensino, pois são conhecimentos que contribuem para o bom funcionamento do sistema educacional e para o desenvolvimento adequado de políticas públicas educacionais. Uma vez que a rede de ensino tem conhecimento da importância dos indicadores de qualidade para seu êxito e dos mecanismos que contribuem para a melhoria dos indicadores, terá facilidade em usar as políticas públicas, e até mesmo aprimorá-las para ter resultados mais significativos.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO IDEB

Na perspectiva de fortalecer as avaliações externas, em 2007 foi criado pelo Governo Federal o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador que une as taxas de aprovação dos estudantes de cada uma das unidades, com seu desempenho nas provas do SAEB, escola e rede.

Fórmula de cálculo do IDEB:

$$\text{IDEB}_{ji} = N_{ji} \cdot P_{ji}$$

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;
 N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;
 P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j . (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Além do Governo Federal, também houve, por parte dos Governos Estaduais, profusão de iniciativas de avaliação da Educação Básica desde a década de 1990, inclusive muitos estados estão implantando seus próprios sistemas de avaliação (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2012).

Nos estudos sobre as características dos sistemas de avaliação, implantados nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, os autores Bonamino, Bessa e Franco (2004) concluíram que:

a interação com o INEP/MEC, especialmente com o SAEB, tem papel fundamental no movimento dirigido para a consolidação de sistemas estaduais de avaliação, além de contribuir diretamente para a implantação da metodologia e da tecnologia para a construção e análise dos programas de medidas educacionais (BONAMINO; BESSA; FRANCO, 2004, p. 77).

Essa interação é importante, pois além de fortalecer o movimento dirigido, oferece recursos essenciais que irão contribuir com o fortalecimento dos sistemas educacionais dos estados. Segundo Ovando e Freitas (2011) cada vez mais a diretriz das ações governamentais

está fundamentada nos processos avaliativos empreendidos pelos governos nas instâncias federais, estaduais e municipais. As autoras corroboram para tal afirmação quando pontuam que:

A literatura educacional ressalta ser tendência no delineamento das políticas educacionais nacionais o entendimento de que o sucesso escolar está relacionado a alcance de bons resultados nos testes em larga escala, sejam eles internacionais, nacionais, locais. Assim, muitas redes de ensino e escolas passaram a buscar avanços em proficiência na leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas sob a influência do Saeb e da Prova Brasil (OVANDO; FREITAS, 2011, p. 318).

A argumentação dos autores é positiva no sentido de que a prova SAEB e a Prova Brasil influenciam as redes de ensino a buscarem melhorias na proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, muito importante, pois algumas dessas iniciativas de busca por melhoria estão atreladas as Políticas Públicas Educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), em seu art. 9º, oficializou procedimentos de avaliação externa com o objetivo de induzir e cobrar dos sistemas de ensino o referido padrão de qualidade. À União ficou determinado que assegurasse um “processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). Com isso, as décadas posteriores à promulgação da referida lei, apresentaram-se ricas em iniciativas de avaliação em larga escala bastante sistemática e em todas as etapas da educação formal, reafirmaram as competências de regulação e supervisão da União, no que diz respeito aos sistemas educacionais.

Dessa forma, o debate educacional brasileiro, favorecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação, incorporou a seguinte característica: avaliar a qualidade do ensino, a fim de fornecer subsídios para formulação de políticas públicas que decorreriam das aprendizagens dos alunos, com a finalidade de identificar falhas para traçar estratégias capazes de melhorar a qualidade do ensino (MINHOTO, 2016).

Diante dessa nova concepção, surgiram as avaliações externas, aplicadas nas escolas públicas brasileiras, que são vistas como um instrumento importante para auxiliar na melhoria da qualidade do ensino oferecido:

Entendemos como avaliações externas aquelas que são elaboradas, organizadas e efetuadas por atores externos às escolas, geralmente órgãos superiores ou intermediários da estrutura educacional, tais como diretorias de ensino, secretarias de educação municipais ou estaduais e o próprio Ministério da Educação, que podem fazê-las diretamente ou por meio da contratação de empresas especializadas em Avaliação Educacional (PIMENTA, 2012, p. 16).

Em 1988, o INEP colocou em prática o Sistema de Avaliação Pública como projeto piloto, porém, foi em número reduzido e só foi aplicado em dois estados. Em seguida, em 1990, foi criado o 1º ciclo, numa escala maior, aplicado em quase todos os estados em várias séries, no entanto, houve muitos problemas com a padronização da aplicação. Ainda em 1990, criou-se o 2º ciclo que já não veio com os mesmos problemas do 1º, sendo aplicado em todos os estados e Distrito Federal.

Após esses dois ciclos, houve uma maior organização com definição de parâmetros, objetivos gerais e específicos e a partir daí, o SAEB incorporou a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e tornou-se um sistema robusto. Diferente dos ciclos anteriores, que usavam as secretarias de educação como responsáveis pela aplicação, no 3º ciclo o INEP encontrou

instituições especializadas em todo processo de construção e aplicação dos instrumentos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011). As avaliações externas são previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no inciso VI do art. 9º, que determina que a União incumbir-se-á de:

VI - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

A partir daí, surgiu o IDEB, pautado nos resultados da Prova Brasil, no ano de 2005, quando estabeleceu medidas de distribuição de recursos adicionais para os municípios considerados com qualidade precária, tendo em conta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para a Valorização dos Profissionais da Educação:

O Ideb, elemento central do PDE, é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar indicado pelo censo educacional. O Ideb, não apenas situa o nível alcançado pela escola e pela respectiva rede de ensino, mas, no contexto do PDE e do Compromisso Todos Pela Educação, possibilita o exercício de prospecção de metas a serem alcançadas em direção à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista um nível considerado mínimo a ser atingido em 2021, o que converge com a perspectiva temporal do movimento Todos Pela Educação. Ora, a criação do Ideb só foi possível mediante as informações oferecidas pela Prova Brasil. Mas a articulação de dados oriundos do Censo e da Prova Brasil permitiram a construção de um indicador que se torna meta a ser obtida pelos sistemas de ensino (WERLE, 2011, p. 787).

O IDEB, portanto, é um índice que visa acompanhar a educação nacional e auxiliar na elaboração de políticas públicas para a sua melhoria. Nessa perspectiva, a meta para o Brasil é alcançar a média seis, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o Estado da Bahia, a meta é alcançar a média 4,5 (quatro vírgula cinco) até 2021.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS

As técnicas de pesquisa utilizadas neste artigo consistem na análise de dados secundários sobre os resultados do IDEB na Bahia, no sentido de conhecer mais profundamente quais ações a Secretaria Estadual de Educação (SEE- BA) tem realizado ao longo dos anos de 2015 a 2019 na etapa do Ensino Médio, para garantir a melhoria no aprendizado e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria do IDEB no Estado da Bahia. Ao observar que a Secretaria Estadual de Educação (SEE- BA) tem investido nas políticas públicas educacionais, para colocar em prática medidas que garantam avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do estado, foi escolhido como tema do Trabalho de Conclusão de Curso “O IDEB e as ações da secretaria de educação do estado da Bahia entre 2015 e 2019”. Nessa perspectiva, o presente artigo, recorte desse trabalho, busca compreender a relação entre o avanço do IDEB e as políticas públicas, executadas ao longo desses anos, levantando hipóteses de como elas podem ter impactado no sistema de educação do Estado da Bahia.

Verificou-se, assim, que ao longo do período de 2015 a 2019 a Secretaria Estadual de Educação (SEE- BA) realizou ações que podem ter implicado nesta melhoria. Como, por exemplo, a oferta de formação continuada aos professores, a criação de um Sistema Estadual de Avaliação (SABE), a implementação de um programa de monitoria (Mais Estudos), a criação de um programa de esporte e cultura (BAHIA, 2016a):

A Secretaria também está desenvolvendo parcerias estratégicas, a exemplo da Telebras, do Sistema S, das universidades federais da Bahia, universidades estaduais, institutos federais de ensino e centros de pesquisas, todas voltadas para a melhoria da Educação. Outra iniciativa para potencializar a Educação em curso é a implantação de Campi Integrados de Educação Básica, que vão reunir unidades escolares com projetos pedagógicos articulados, e com a ideia de compartilhamento de equipamentos, projetos, profissionais e espaços de convivência (BAHIA, 2016a, recurso *online*).

Essa parceria é de fundamental importância para a integração dos estudantes com o espaço das universidades, principalmente os alunos da 3ª série do Ensino Médio, que muitas vezes não são motivados pelos familiares a cursar uma faculdade, por isso acham que é algo distante da sua realidade.

A partir dessas observações, aumentou o desafio para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a evolução do IDEB no estado da Bahia, de 2015 a 2019 e, ao mesmo tempo, investigar quais foram as principais mudanças educacionais. Além disso, o estudo voltou-se a acompanhar as ações empreendidas pela secretaria estadual como políticas que trouxeram benefícios e que contribuíram para melhoria do Ensino Médio no Estado da Bahia.

Espera-se, então, que esta pesquisa revele respostas à curiosidade do autor, mas que também sirva de orientação para a melhoria da qualidade do ensino. Este trabalho é de natureza quantitativa, pois, acredita-se que este tipo de pesquisa possa responder melhor aos objetivos propostos, ela nos permitirá aprofundar e ir além dos resultados aparentes, uma vez que a abordagem quantitativa traz vantagem de flexibilidade:

Atualmente, na área da pesquisa educacional, excluindo análises de dados de avaliações de rendimento escolar realizadas em alguns sistemas educacionais no Brasil, poucos estudos empregam metodologias quantitativas. Há mais de duas décadas que na formação de educadores e de mestres e doutores em educação não se contemplam estudos disciplinares sobre esses métodos. No entanto, há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos (GATTI, 2004, p. 13).

A metodologia quantitativa tem papel muito importante na pesquisa educacional por contribuir para reflexão no campo da Educação e também para algumas perspectivas críticas.

No período entre 2015 e 2019, algumas políticas públicas foram implementadas pelo Governo do Estado com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e, ao mesmo tempo, perceber o resultado desse investimento através do IDEB.

Ao tomar por base as pesquisas realizadas, foi possível verificar que algumas ações são realizadas, tais como o “Enem 100%”, que é um programa da Secretaria da Educação do Estado (SEE-BA) envolvendo diferentes disciplinas e uma série de conteúdos preparatórios, por meio de aulas virtuais, apostilas e exercícios on-line; os Jogos Estudantis da Rede Pública (JERP) é um projeto que visa fortalecer a ação educativa nas Escolas e promove o fomento da cultura corporal no currículo da Educação Básica (BAHIA, 2008a); Artes Visuais Estudantis (AVE) é um projeto de caráter educativo, artístico e cultural que tem o objetivo de incentivar a produção artística e compreender a obra de arte como objeto de ampliação do conhecimento (BAHIA, 2008b); Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), um projeto que possui natureza educativa, artística e cultural que tem o objetivo de estimular a musicalidade no ambiente escolar e a valorização das manifestações culturais e regionais; o Projeto Tempos de Arte Literária (TAL), de natureza educativa, artístico-literária e cultural

que tem o objetivo de promover um ambiente educacional onde a cultura, a arte literária e a educação se expressem (BAHIA, 2008c). Todos esses projetos consistem em São ótimas ações, porém, precisariam ter acompanhamento dos estudantes para verificação dos impactos. Desse modo, é importante salientar que o IDEB não é do estudante e sim da escola, com isso, os grupos que participam dessas atividades (jogos, olimpíadas e projetos culturais) não conseguem por si só elevar a média das escolas (BAHIA, 2008).

Sabe-se que algumas políticas públicas foram implementadas pelo Governo do Estado no período entre 2015 e 2019 e que foram muito bem elaboradas e planejadas, a exemplo do Programa Educar para Transformar – Um Pacto pela Educação, que foi criado com o objetivo de melhorar os principais índices educacionais de todo o Estado da Bahia, o qual envolve a colaboração entre Estado e Municípios, para o fortalecimento da Educação Básica, em parcerias com as escolas que investem na Educação Profissional e na integração entre as famílias e as escolas:

Através do programa Educar para transformar, lançado em 2015, o Governo da Bahia vem preparando as bases para um salto de qualidade na próxima aferição do Ideb, que será em 2017. O programa tem ações de formação de professores, fortalecimento da relação com os municípios com foco na alfabetização de crianças de até oito anos de idade, fortalecimento do protagonismo estudantil e linhas de ações para tornar mais atrativo o ensino das ciências em sala de aula, com o desenvolvimento da Feira de Ciências da Bahia (Feciba) e o Centro Juvenil de Ciências e Cultura (CJCC), que realiza oficinas e cursos nas diversas áreas do conhecimento (BAHIA, 2016a, recurso *online*).

É afirmativo que houve um programa criado pelo Governo do Estado com a intenção de melhoria da qualidade da educação, porém, o salto de qualidade tão esperado pelo governo não aconteceu na aferição, mas como nem sempre os resultados vêm de imediato, é possível que o final positivo, apresentado em 2019, seja reflexo da política implementada para tal finalidade.

Também foram criados os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC), é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado da Bahia para promover a ampliação da jornada escolar e a diversificação do currículo dos estudantes. As atividades são feitas de forma lúdica em ambientes interativos, com o objetivo de:

promover o acesso dos estudantes às temáticas contemporâneas, mediante estudos e atividades interdisciplinares que potencializam o funcionamento da rede escolar formal, com ênfase na compreensão dos fatos, questões, invenções, avanços e conquistas sociais, artísticas, culturais, científicas e tecnológicas, com reflexos na convivência humana e cidadã (BAHIA, 2011, recurso *online*).

O Centro Juvenil de Ciência e Cultura (CJCC) da cidade de Salvador recebeu, em 2015, o prêmio do Edital de Inovação e Criatividade no Ensino Médio, promovido pelo Ministério da Cultura (MEC), bem como ganhou o selo de reconhecimento na 11ª Edição do Prêmio Itaú-Unicef:

No ensino médio, a Bahia tem encontrado dificuldades para avançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, de acordo com os dados de 2011, encontra-se abaixo da média nacional. Esta situação evidencia a necessidade de ampliar o tempo dos estudantes na escola e buscar alternativas inovadoras para melhorar a qualidade do ensino no

Estado, a fim de promover alterações significativas no quadro atual da educação na Bahia (BAHIA, 2011, recurso *online*).

Os Centros Juvenis de Ciência e Cultura foram implantados no segundo semestre de 2012 em Salvador, como experiência inicial, e em outras cidades foi implantado ao longo dos anos de 2013 e 2014, oficializado após um resultado do IDEB que não agradou a equipe gestora da educação no estado, tendo sido criado com a finalidade de colaborar com a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de fato isso aconteceu.

De acordo com os dados do INEP, entre 2011 e 2013, o IDEB da Bahia teve redução, mas em 2015 houve recuperação e o fato desse resultado ter sido positivo logo após a implantação dos Centros Juvenis de Ciência e Cultura em um maior número de cidades, foi possível credibilizar a progressão dessa política entre outras criadas anteriormente (BAHIA, 2011).

O Programa de monitoria “Mais Estudo”, da Secretaria de Educação, foi lançado em 2019, onde os monitores ajudam os colegas a desenvolver seus conhecimentos e habilidades com a linguagem própria da juventude:

O programa de monitoria (Mais Estudos) - programa de monitoria que oferecer atividade de apoio à aprendizagem escolar, desenvolvida pelo(a) estudante monitor(a) em Língua Portuguesa ou Matemática com o objetivo de, estimular a participação dos(as) estudantes no processo educacional, despertar no(a) estudante o desejo pela prática docente, por meio de atividades de natureza pedagógica, criar condições para o exercício solidário e parceiro, por meio da interação entre os(as) estudantes e ampliar o período de permanência dos(as) estudantes na escola (BAHIA, 2019, recurso *online*).

Uma atividade que não é só importante pelo caráter de permanência na escola por mais tempo, mas sim pelas condições de aprendizagem que é promovida durante o tempo de permanência. Isso também pode refletir nos índices do IDEB, ainda que não seja um fator que tenha relação direta com o SAEB e que não tenha como foco os conteúdos da matriz, mas está focada na aprendizagem e por consequência contribui com os índices de aprovação e de permanência na escola, que estão ligados diretamente ao IDEB, pois, é resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) (BAHIA, 2011).

Outra ação, realizada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, foi o “Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio”, um programa de formação de professores voltado para a potencialização e letramento no Ensino Médio, ou seja, fortalecer o incentivo a leitura, a valorização das práticas educativas e as estratégias para a melhoria da qualidade da educação:

Pacto - com o objetivo de promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos, o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio Bahia é uma ação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). As formações são realizadas nos próprios colégios da rede estadual, durante o tempo destinado às Atividades Complementares (ACs) (BAHIA, 2016c, recurso *online*).

Este é um programa muito importante, porque prepara os professores para ministrar de forma eficiente os métodos e práticas pedagógicas relacionadas à leitura e a escrita. Esse aprimoramento serve de subsídio em sala de aula, pois, quando o professor tem conhecimento

e está preparado, fica mais fácil dominar as habilidades da leitura e da escrita e, ao mesmo tempo, contribuir para que o estudante tenha a capacidade de ler, interpretar, compreender e criticar de forma crítica. Esses programas fortalecem o sistema educacional, pois, ajudam os estudantes a desenvolverem habilidade e competências que impactam de forma positiva nos resultados escolares e, que, por sua vez, refletem nos indicadores de qualidade.

Dentre os programas que foram aprimorados tem-se: a Feira de Ciências da Bahia, que faz parte do Programa Ciência na Escola, é uma política pública do Estado da Bahia que visa valorizar a educação do estudante, incentivar o acesso à Educação Científica, ao patrimônio da Humanidade das Artes, da Cultura, das Ciências e da Tecnologia, apostando que o conhecimento e aprendizado significativo seja a ponte de acesso ao mundo contemporâneo, científico e tecnológico e, ao mesmo tempo, a arma para combater o analfabetismo funcional e o analfabetismo científico (BAHIA, 2011):

A Feciba, que tem o objetivo de incentivar a iniciação e pesquisa científica nas escolas estaduais, na 5ª edição, realizada em 2015, teve 1.082 trabalhos submetidos, divididos entre estudantes de 544 unidades na Bahia, de 200 municípios. Ao total, estiveram envolvidos diretamente mais de 21 mil alunos. Os classificados puderam expor seus trabalhos nas principais feiras de ciências do Brasil, como a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), promovida pela Universidade de São Paulo (USP), e Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia (Mostratec). (BAHIA, 2016a, recurso *online*).

O desenvolvimento de trabalhos científicos proporciona aos estudantes a oportunidade de pesquisar, fazer experimentos, levantar hipóteses e produzir trabalhos científicos de nível acadêmico, muitos com propriedade e riqueza de informações. Para produzir um trabalho e deixar no nível exigido para exposição nas principais feiras de ciências do Brasil, há envolvimento do processo de ensino e aprendizagem muito enriquecedores para o estudante, é claro que nem todos os trabalhos produzidos serão necessariamente apresentados nas feiras estaduais e nacionais, mas são feitos para essa finalidade.

O impedimento para que esses projetos sejam apresentados em outras instituições envolve os trâmites burocráticos – quantidade por escola, a secretaria limita a quantidade de projetos por cada unidade escolar; importância social e econômica, quanto mais relevância econômica esse projeto apresenta para a sociedade mais pontos ele ganha na classificação – que não tira o crédito da aprendizagem envolvida, aprendizagem essa que pode sim ter influência nos resultados das avaliações externas responsáveis pela nota do IDEB, pois quanto mais participar, mais seus conhecimentos e experiências irão se acumular, propiciando cada vez mais o sucesso escolar.

O Sistema de Avaliação Baiano da Educação, o SABE, foi criado visando auxiliar no monitoramento da qualidade da educação nas escolas públicas – na rede estadual e municipal. Foi implementado no ano de 2017 e produziu diagnósticos sobre a proficiência dos estudantes e, através dos resultados obtidos, foram realizadas intervenções nas escolas com acompanhamentos e sugestões.

Em 2019, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), com a presença de seus representantes realizaram o pré-lançamento do Portal do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE). No período, o CAED apresentou o resultado da Avaliação Somativa do SABE 2019 e anunciou a segunda edição do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE), ferramenta considerada fundamental para o mapeamento das aprendizagens dos estudantes das escolas públicas do estado (BAHIA, 2012):

O Sistema de Avaliação Baiano da Educação – Sabe foi concebido para subsidiar o monitoramento da qualidade da educação das redes públicas (estadual e municipais). Em desenvolvimento desde 2007, produz diagnósticos e aponta caminhos para o acompanhamento e a realização de intervenções nas escolas (BAHIA, 2012).

O SABE é responsável pela realização de duas grandes avaliações externas estaduais e uma delas é a Avaliação Externa do Ensino Médio, que visa identificar o desempenho dos estudantes e de fatores associados às condições de funcionamento da escola, como nível socioeconômico dos estudantes, clima escolar, experiência e formação de gestores e professores. Assim, é possível que essa melhoria no IDEB possa estar relacionada com o SABE, pois, esse sistema foi criado para fortalecer a aprendizagem nas séries que seriam avaliadas no SAEB, tendo como principal foco as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática.

Segundo Vianna (2014), o fenômeno educativo é tão complexo que se considerarmos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que agrega dados de aprovação com os resultados dos alunos na Prova Brasil, ainda assim, não daria conta. Além disso, achava fundamental a criação de outras dimensões para se avaliar sua qualidade da educação, reiterando que:

A avaliação da qualidade da educação não se limita apenas à verificação do rendimento escolar, que é um momento na caracterização dessa qualidade. O desempenho dos estudantes em pesquisas da qualidade da educação é mais bem compreendido e interpretado quando se levantam informações sobre o tipo de ensino que recebem, os procedimentos que vivenciam em sala de aula e no colégio, ainda sobre as características ambientais da família que determinam os seus comportamentos (VIANNA, 2014, p. 37).

Na busca pela melhoria da qualidade da educação e o acompanhamento direto, de forma gradativa, os estados brasileiros utilizaram o modelo original SAEB para criarem seus próprios sistemas de avaliação de larga escala, segundo Bonamino, Bessa e Franco (2004):

A interação com o INEP/MEC especialmente o SAEB, tem papel fundamental no movimento dirigido para a consolidação de sistemas estaduais de avaliação, além de contribuir diretamente para a implementação da metodologia e da tecnologia para a construção e análise dos programas e medidas educacionais (BONAMINO; BESSA; FRANCO, 2004, p. 77).

Segundo um estudo desenvolvido por Lopes (2007), até o momento em que sua pesquisa foi realizada, haviam 16 estados que criaram sistemas próprios de avaliação. Já em 2011, uma nova pesquisa feita pelo Grupo de Avaliações e Medidas Educacionais (GAME), concluiu que já havia 18 estados com seus sistemas próprios de avaliação. Os dados mais recentes são de fevereiro de 2015, os quais confirmam que a Bahia, e mais 17 unidades da federação, possuem sistemas próprios de avaliação.

Para desenvolver ações e programas de fortalecimento da educação, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia busca trabalhar em parceria com os municípios do Estado, além disso, desenvolve um trabalho sincronizado com os 27 Núcleos Territoriais de Educação que possui (BAHIA, s/d). Os Núcleos acompanham os Territórios de Identidade da Bahia e representam a Secretaria na administração regional com o apoio da sede e:

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27

Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar (BAHIA, s/d, recurso *online*).

Com a intenção de realizar intercâmbio de informações entre os tribunais e de designar formas de cooperação relacionada ao desenvolvimento dos planos de educação, bem como fazer a utilização de instrumentos de monitoramento voltados para a transparência na utilização dos recursos públicos, aplicados em educação além de outras ações conjuntas, foi criado o Acordo de Cooperação Técnica e Operacional:

Em março de 2016, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia firmou, ao lado de 32 Tribunais de Contas do Brasil, Termo de Adesão, como forma de se vincular ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional, estabelecido entre o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) (BAHIA, 2016b, recurso *online*).

Tal acordo é bastante relevante e visa fortalecer, junto a um grupo de tribunais do país e órgãos da educação, a transparência na utilização dos recursos públicos da educação. Nessa perspectiva, por ser um tema relevante e que traria contribuições na resolução de problemas educacionais do Estado da Bahia, achou-se necessário o cumprimento dos planos de educação, que além de ajudar a garantir um controle efetivo, também asseguraria o acompanhamento da situação educacional. Para culminar, o TCE/BA, em união com os demais Tribunais, implementou o controle dos planos, um espaço que dispõe de informações sobre a atuação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento do plano de educação no âmbito da sociedade baiana (BAHIA, 2016b).

2.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E METAS DO IDEB NA ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E BAHIA DE 2015 A 2019

Nos últimos anos, o IDEB do Brasil embora não tenha alcançado as metas (que por sinal está muito distante), teve uma progressão considerável, na última aferição com um crescimento de 10,5%.

A Tabela 1 apresenta os resultados e Metas da 3ª Série do Ensino Médio no Brasil nos anos 2015, 2017 e 2019, que foi calculado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostrando que na última etapa da Educação Básica o país saiu da estagnação, que vinha desde 2009. Constata-se, então, que ocorreram avanços no IDEB do país de 2015 para 2017, esse crescimento positivo tirou o Brasil dos estagnados 3,7 que vinha desde 2011 para 3,8. No período de 2017 para 2019 o IDEB brasileiro apresentou um ótimo crescimento, passando de 3,8 para 4,2 (Brasil 2020).

Tabela 1 – Resultados e Metas da 3ª Série do Ensino Médio no Brasil nos anos 2015, 2017 e 2019

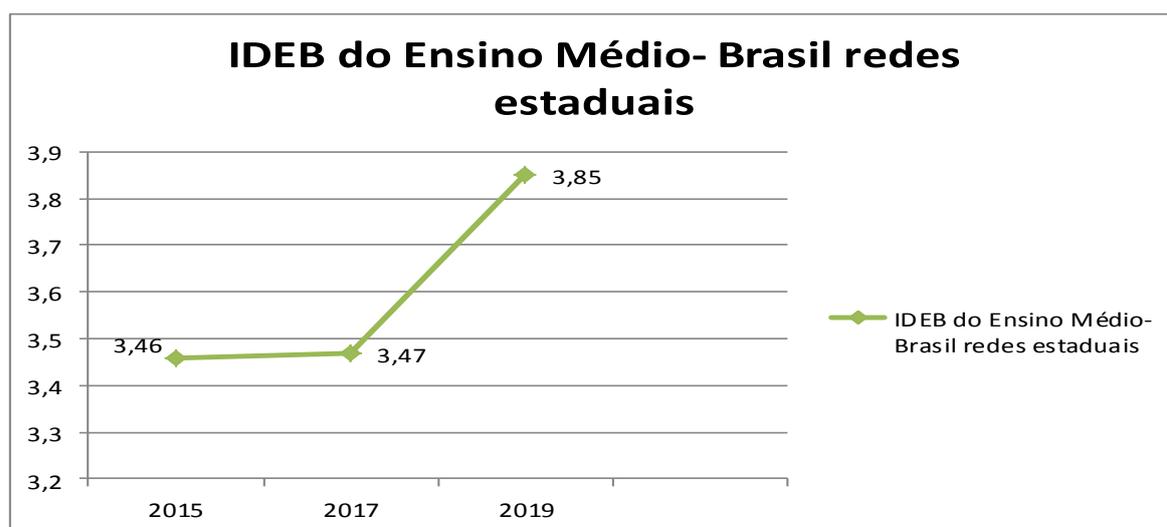
Ano	IDEB	Meta
2015	3.7	4.3
2017	3.8	4.7
2019	4.2	5.0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IDEB 2015 a 2020.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2019, apesar de o crescimento não ter sido suficiente para atingir a meta cinco projetada, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) teve a maior evolução da história, saiu de 3,8 para 4,2, um crescimento de 0,4. Se for feita uma análise na série histórica do IDEB, é possível perceber que o índice do ensino médio brasileiro levou 12 anos (2005 a 2017) para crescer 0,4 pontos, um crescimento correspondente ao de 2017 para 2019 que também foi de 0,4; saiu de 3,4 para 3,8 (BRASIL, 2020).

Se observado apenas o índice do Ensino Médio das redes estaduais, responsáveis pela oferta da última etapa da Educação Básica, de 2017 para 2019, o crescimento foi bastante expressivo. O Gráfico 1 mostra o IDEB do Ensino Médio no Brasil nas redes estaduais, em que o indicador era de 3,46; em 2017, o qual teve uma leve progressão, passou para 3,47. Já em 2019, houve um crescimento bastante expressivo que elevou o indicador ao patamar de 3,85, um crescimento de 10,9%. Apesar desse resultado positivo, ainda há muito a ser feito, pois o valor atingido em 2019 ainda está distante da meta (4,6), calculada pelo Inep e definida pelo Ministério da Educação (MEC), tendo como referência a qualidade dos sistemas educacionais de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Gráfico 1 – IDEB do Ensino Médio: Brasil redes estaduais de 2015 a 2019

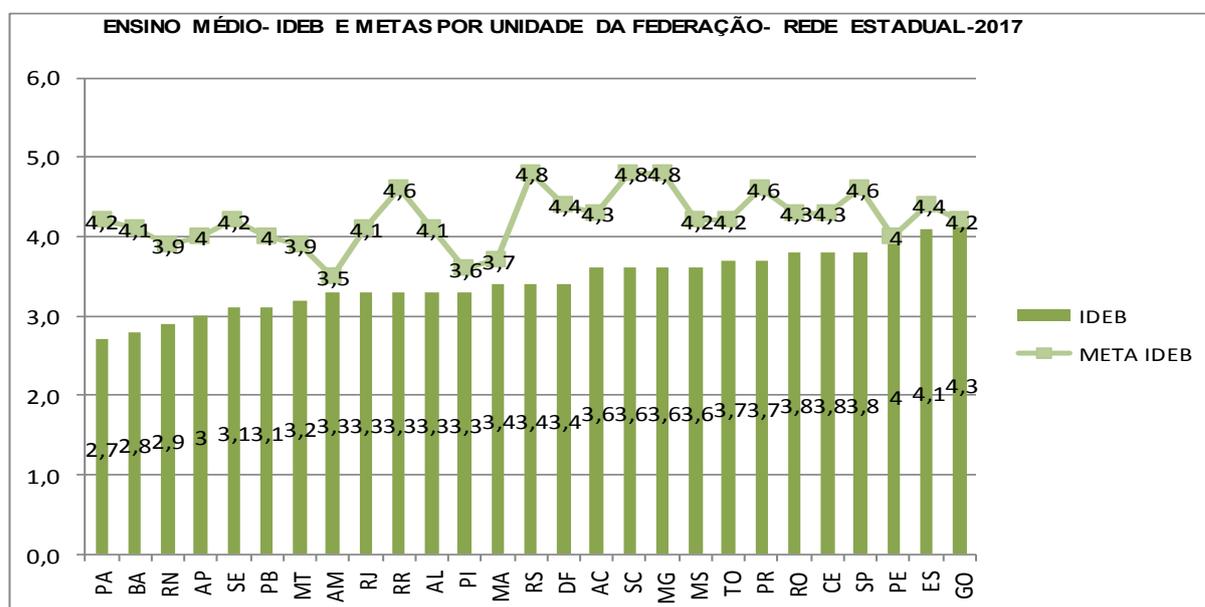


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2020.

A edição de 2017 contou com acontecimentos importantes, dentre eles o primeiro cálculo de IDEB para o Ensino Médio. Foi também a partir dessa edição que os resultados do Ensino Médio deixaram de ser obtidos a partir de uma amostra de escolas. O Saeb além de passar a ser aplicado a todas as escolas públicas também aderiu às escolas privadas (BRASIL, 2017).

O Gráfico 2 apresenta o IDEB e as Metas do Ensino Médio por Unidades da Federação das Redes Estaduais em 2017, que foram apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e observa-se que em 2017 nenhum Estado brasileiro conseguiu atingir a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) projetada para o país, que era de (4,7); apenas Pernambuco e Goiás atingiram as metas estabelecidas para seus estados e “apesar do crescimento observado, o país está distante da meta projetada. Neste cenário, cinco estados tiveram redução no valor do IDEB” (BRASIL, 2018, recurso *online*).

Gráfico 2 – IDEB e Metas do Ensino Médio por Unidades da Federação das Redes Estaduais em 2017

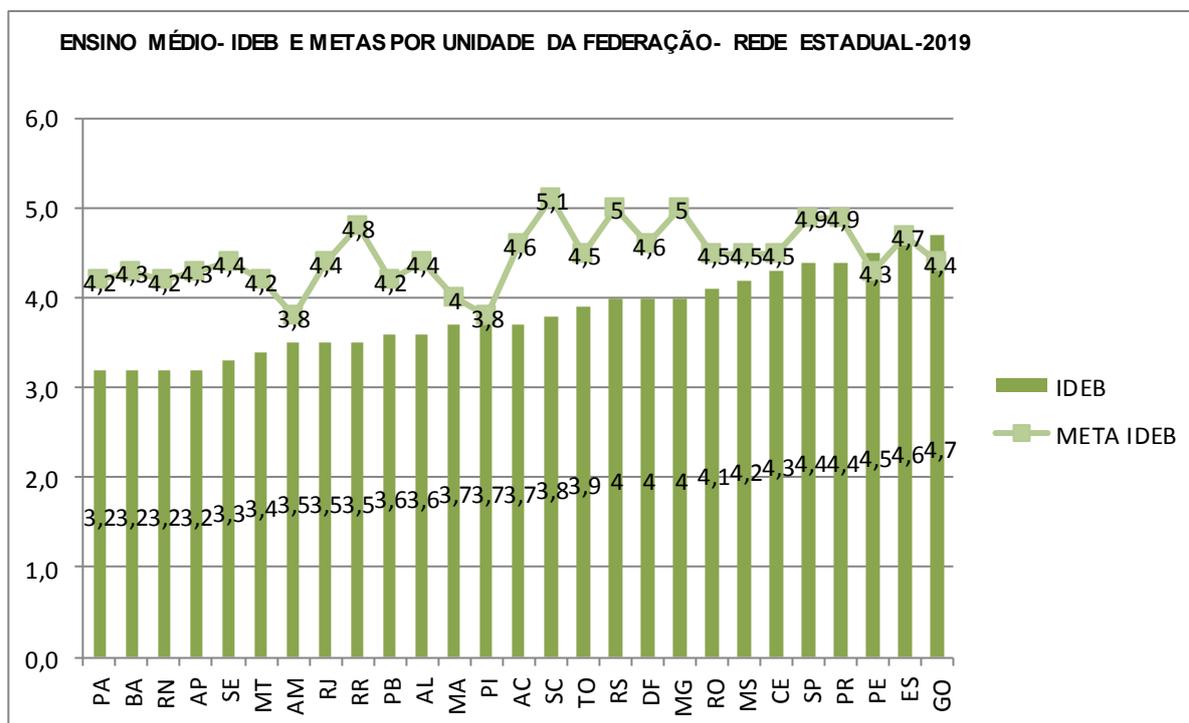


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2018.

No Gráfico 2, também é possível observar que alguns estados como Paraíba, Bahia, Roraima e Rio Grande Do Sul estão muito distantes da meta projetada para o ano, fatores que podem ser revistos pelos estados no momento de fazer suas projeções. A Bahia, por exemplo, não conseguiu atingir a meta desejada para o ano de 2013 ainda, nessa situação seria prudente avaliar a evolução do IDEB do estado ao longo da série histórica e ser mais cauteloso no momento de fazer a projeção, isso não seria possível para o ano de 2021 porque já estava definido, mas pode ser revisto para as próximas definições de metas (BRASIL, 2018).

A edição de 2019 foi uma edição muito comemorada, pois o IDEB brasileiro teve uma progressão que não vinha acontecendo há muito tempo. O Gráfico 3, mostra o IDEB e as Metas do Ensino Médio por Unidades da Federação e Redes Estaduais em 2019, evidenciando um cenário de avanços e conquistas em um ano de crescimento no IDEB brasileiro, porém, o grande destaque fica com Goiás e Pernambuco que desde 2009 vem atingindo as metas definidas para seus estados e como em 2019 não poderia ser diferente, atingiram suas metas com sucesso. Na análise do gráfico, é possível perceber que estados como o Piauí e Espírito Santo se aproximaram consideravelmente da meta. Outros estados, dentre eles Paraíba e Bahia, tiveram bons resultados e não se encontram mais tão distantes de suas metas (BRASIL, 2020).

Gráfico 3 – IDEB e Metas do Ensino Médio por Unidades da Federação e Redes Estaduais em 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2020.

No Gráfico 3, foi observado que nesse último biênio, todos os estados apresentaram melhoras no IDEB em suas redes de Ensino Médio. No entanto, no Estado da Bahia, levando-se em conta os resultados divulgados pelo INEP em 2020, verifica-se um crescimento expressivo, sendo a rede estadual de ensino da Bahia aquela que alcançou o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na série histórica para o Ensino Médio desde o lançamento do indicador no ano de 2005 (BRASIL, 2020).

A Tabela 2 apresenta os resultados e as metas da 3ª Série do Ensino Médio no Estado da Bahia e mostra que houve mudanças nos resultados de 2015 para 2017. Observa-se que o Estado da Bahia, apesar de não ter alcançado a meta para 2017, que era atingir 4,1, ainda teve uma ligeira queda no seu IDEB de 2,9 para 2,7.

Em 2019 o índice melhorou e passou dos 2,7 para 3,2; um crescimento importantíssimo; mas mesmo assim mais uma vez não alcançou a meta preestabelecida para 2019 que era de 4,3, apesar de ter superado o declínio ocorrido na aferição anterior (BRASIL, 2020).

Tabela 2 – Resultados e Metas da 3ª Série do Ensino Médio no Estado da Bahia– Dados do IDEB 2015 a 2019.

Ano	IDEB	Meta
2015	2,9	3,6
2017	2,7	4,1
2019	3,2	4,3

Fonte: Elaborado pelo autor (a) com base nos dados do IDEB 2015 a 2019.

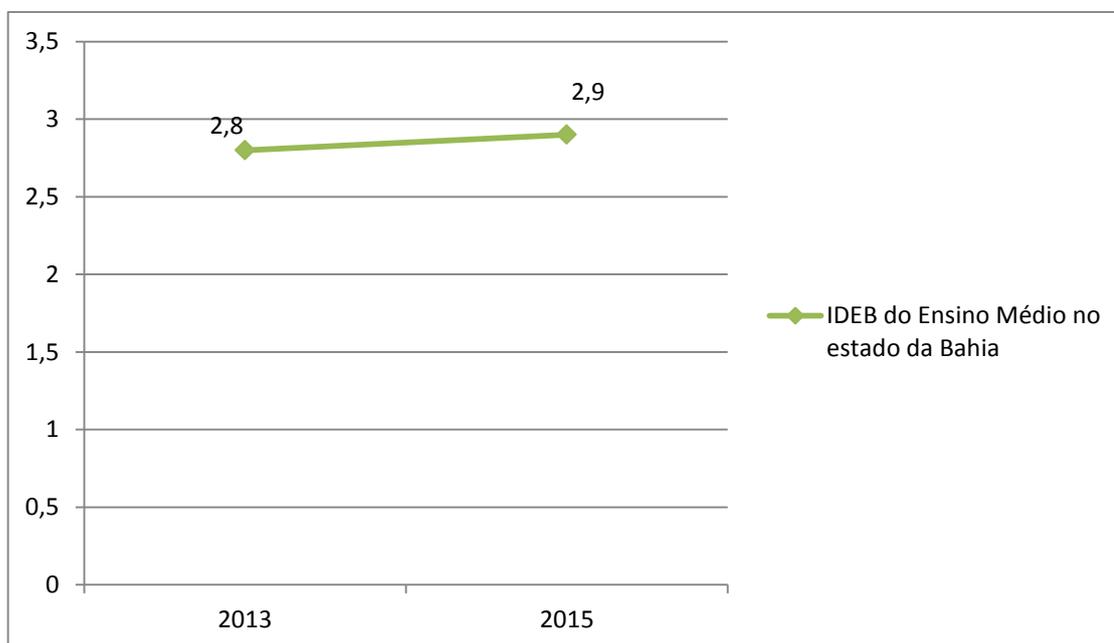
Levando em consideração que o Ensino Médio é a etapa de ensino mais crítica e que possui a meta descumprida em todos os estados da federação, em 2019, em termos percentuais, a Bahia foi um dos estados que teve o maior crescimento no seu índice, 18,5%, crescimento inferior apenas ao do Paraná, que teve uma elevação de 18,9%. Nesta edição o IDEB demonstrou, ainda, que a rede estadual teve um aumento de 0,5, um superior ao da média nacional, que cresceu 0,4. (BRASIL, 2020)

Através do cruzamento de dados relacionados à criação dos projetos e programas com o período de aferição do IDEB, foi possível inferir que programas como: o Programa de Monitoria (Mais Estudos), o Programa de Esporte e Cultura, os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC), o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), o Programa Educar para Transformar, o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a Feira de Ciências da Bahia, foram muito importantes e, hipoteticamente, pode ter influenciado nos resultados positivos do indicador.

O início dessa evolução se deu com os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC) que foram implantados no segundo semestre de 2012 na capital baiana, e implantado em outras cidades ao longo dos anos de 2013 e 2014. Também aconteceu, nesse período, o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), criado para subsidiar o monitoramento da qualidade da educação das redes públicas, que em 2007 passou por implementação e produziu diagnósticos sobre a proficiência dos estudantes (BAHIA, 2011).

O Gráfico 4 apresenta o crescimento do IDEB no Estado da Bahia no ano 2015, sendo possível observar que logo em 2015 o Índice do estado avançou de 2,8 para 2,9, um crescimento aproximado de 3,6%.

Gráfico 4 – Crescimento do IDEB no Estado da Bahia no ano 2015



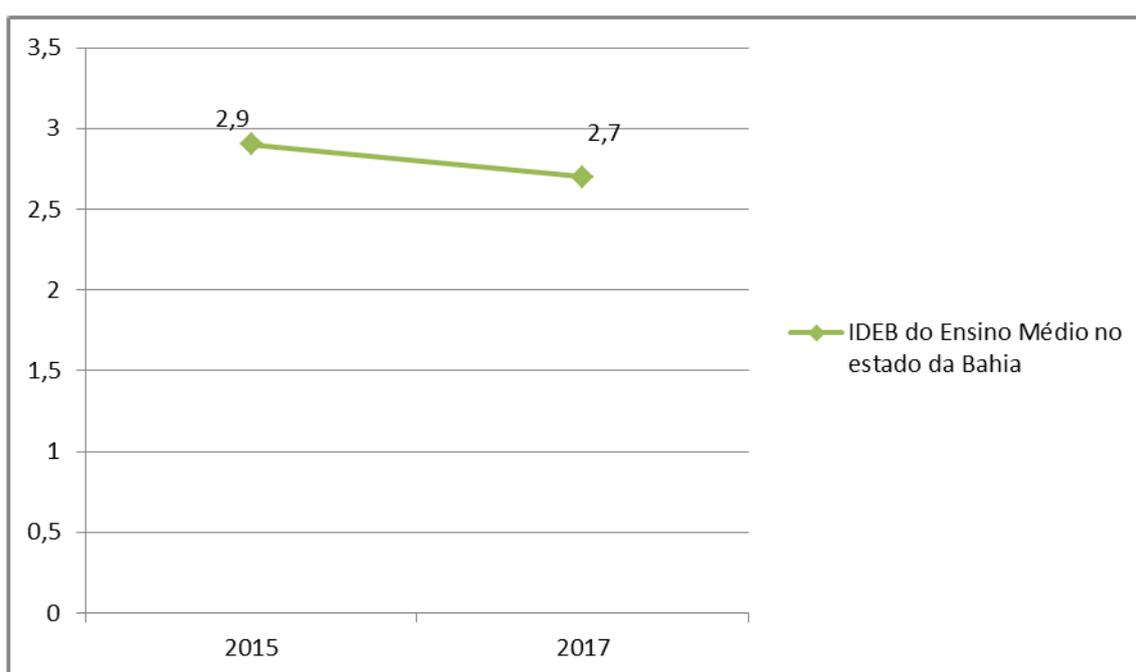
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2016.

Embora o resultado tenha sido positivo, a equipe gestora do Governo do Estado não estava satisfeita e esperava por um salto de qualidade na aferição do IDEB de 2017 e com isso, lançou o Programa Educar para Transformar, um programa com ações voltadas para a formação de professores, fortalecimento da relação com os municípios e do protagonismo estudantil. Também nesse período, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a

Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) lançou o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, um programa de formação de professores voltado para a potencialização letramento no Ensino Médio, que aprimorou a Feira de Ciências da Bahia a qual é parte do Programa Ciência na Escola, uma política pública estadual de Educação de valorização do estudante.

O Gráfico 5 demonstra o declínio do IDEB no Estado da Bahia no ano 2017, evidenciando que mesmo com o esforço do estado em tentar melhorar o índice de desempenho, na aferição de 2017, o resultado foi frustrante, pois houve uma redução no IDEB de 2,9 para 2,7 aproximada de 6,9 %, superior ao avanço ocorrido na aferição de 2015. Resultado esse, que deixou a equipe de gestão da educação na SEE-BA muito insatisfeita (BAHIA, 2016a).

Gráfico 5 – Declínio do IDEB no Estado da Bahia no ano 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2018.

Apesar de insatisfeita com o resultado, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia continuou fortalecendo as políticas públicas em busca do grande salto no IDEB e para isso, lançou em 2019 o programa de monitoria “Mais Estudo”, tendo como oferta atividades de apoio à aprendizagem escolar, desenvolvida pelo (a) estudante monitor (a) em Língua Portuguesa ou Matemática, onde os monitores ajudam os colegas a desenvolverem seus conhecimentos e habilidades com a linguagem própria da juventude. No mesmo ano, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, com a presença de representantes do CAED, realizaram o pré-lançamento do Portal do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE), programa que está em desenvolvimento desde 2007 e que passa por aprimoramento periodicamente. O programa produz diagnósticos e aponta as possibilidades de intervenção nas escolas (BAHIA, 2020).

É muito importante quando a rede de ensino não utiliza os resultados apenas para traduzir o desempenho das escolas, ou da sua rede, e utiliza os resultados das avaliações externas como instrumento de gestão. Em uma observação feita no artigo “*Fundamentos de*

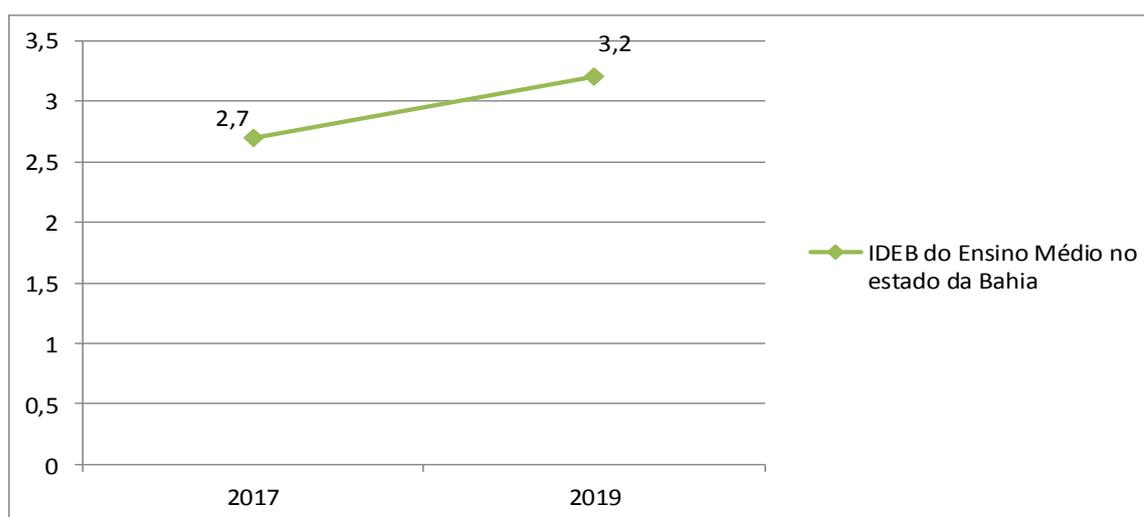
um Programa de Avaliação Educacional” escrito pelo especialista em avaliação educacional, é possível observar:

que os resultados da avaliação não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir um certo desempenho escolar. A sua utilização implica servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada de docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que visem a provocar um impacto, ou seja, mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema. [...] A avaliação educacional não subsiste isoladamente, devendo estar associada a outros programas, destacando-se, inicialmente, o de capacitação docente; em que a área da avaliação deve integrar, necessariamente, o conjunto das atividades que levam à formação de professores em quaisquer dos níveis de ensino; por outro lado, a avaliação precisa estar ligada à pesquisa educacional voltada para a realidade dos problemas educacionais relevantes. Pois a avaliação educacional não objetiva somente subsidiar, exclusivamente, a cúpula administrativa; à avaliação deve seguir-se um trabalho bem planejado de difusão dos resultados e das análises, a fim de que a sociedade (interna e externa ao sistema) acompanhe o trabalho institucional e possa julgar o seu mérito, inclusive a eficiência transformadora da sua ação (VIANNA, 2003, p. 26-27)

Para o autor, é preciso entender as políticas de avaliação educacional como um elemento que vai influenciar em vários conjuntos de atividades sociais, culturais, éticas, de valores; não sendo restrita apenas ao domínio das competências e habilidades.

Em 2019, a Bahia comemorou o tão sonhado salto do IDEB, conforma aponta o gráfico 6 ao demonstrar o alargamento do IDEB no Estado da Bahia no ano 2019, colocando em evidência que mesmo não tendo alcançado a meta projetada para o ano, que era de 4,3, conseguiu um importantíssimo avanço saindo de 2,7 para 3,2, um crescimento aproximado de 18,5%.

Gráfico 6 – Alargamento do IDEB no Estado da Bahia no ano 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP 2020.

Essa progressão acontece dentro de um intervalo, em que o estado, na busca pela melhoria da qualidade da educação, criou novos projetos e realizou uma série de

aprimoramentos nas políticas públicas vigentes, ações que não podem ser desprezadas quando se busca encontrar os fatores que contribuíram para a melhoria do resultado.

De acordo com a pesquisa levantada e o cruzamento de dados, feito entre o momento de estagnação que viveu o IDEB do estado da Bahia na última etapa da Educação Básica e o período de implantação e aprimoramento dos Projetos e Programas da Secretaria Estadual de Educação (SEE- BA), pode-se chegar a uma conclusão que apesar da existência de alguns dos projetos durante esse período de estagnação, esses índices continuaram baixos, e mesmo com a criação e aprimoramento das políticas públicas o estado não conseguiu evoluir, ou até mesmo manter, o resultado (fato que aconteceu entre 2015 e 2017).

Apesar do empenho da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA) para continuar evoluindo nos indicadores de desempenho, em 2017 o indicador simplesmente declinou. Mas dentre os fatores positivos, percebeu-se que a partir do aprimoramento dos mesmos e da criação de outros projetos, coincidiu com a melhoria do indicador, fato importante que não deve ser desprezado, pois, o projeto foi criado e/ou aprimorado com a finalidade de promover essa melhoria no indicador.

Outro fator importante observado é que o estado não deixou de criar meios para assegurar a melhoria da qualidade da educação e, por consequência, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A todo o momento esteve buscando a melhoria, fosse através da formação de professores, do aprimoramento de projetos existentes ou através da criação de novos projetos. A prova SABE, por exemplo, apesar de já ter sido usada desde 2007, passou por um processo de aprimoramento bem rigoroso e em 2019 fez um processo de preparação dos estudantes em um nível altíssimo de organização, o que pode ter culminado para o bom resultado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das situações apresentadas, que demonstram a importância das Políticas Públicas executadas ao longo dos anos de 2015 a 2019, foram feitas análises de dados do Índice de Desempenho do Estado e, posteriormente, foi realizada feita uma comparação desses dados na perspectiva de identificar uma possível evolução do IDEB no estado da Bahia, após o aprimoramento ou a implementação das políticas públicas estaduais de educação. Assim, frente aos resultados analisados durante a pesquisa, coincidentemente após a análise de algumas políticas públicas implementadas com o objetivo de melhorar o Ensino Médio no Estado da Bahia, o resultado do IDEB apresentou crescimento.

Logo, algumas ações da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA) estão sintonizadas ao que a literatura sobre eficácia escolar demonstra (LIMA 2011), isso pode ter contribuído para a melhoria do IDEB no estado baiano:

O trabalho docente com foco na aprendizagem (e com altas expectativas em relação ao resultado discente) estão altamente relacionados com o desempenho escolar aferido pelos testes do Saeb. Destaca-se, também, a criação de alguns sistemas estaduais de avaliação da qualidade da educação. Esses sistemas (o Saeb e sistemas estaduais), de acordo com o texto, constituem a principal base de dados de notáveis estudos em eficácia escolar desenvolvidos entre nós nos últimos anos (LIMA, 2011, p. 596- 597).

O autor menciona duas ações importantes empreendidas no estado da Bahia, sendo a primeira delas em a relação ao trabalho docente com o desempenho escolar, isso significa que investir em políticas públicas de formação continuada para os professores pode impactar

positivamente nos resultados e, conforme o autor destaca, na criação dos sistemas estaduais de avaliação e suas contribuições para os estudos em eficácia escolar.

Mediante a tais fatos, este artigo possibilitou o entendimento das avaliações de larga escala e a importância de fazer uso desse elemento como instrumento de gestão educacional para/das unidades escolares em toda a rede de ensino do estado. Essa compreensão irá contribuir para o desenvolvimento adequado das Políticas Públicas educacionais, na perspectiva de melhorar os indicadores de qualidade da educação no Estado. Nesse sentido, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA) colocou em prática várias ações para garantir a melhoria da qualidade da educação e, por consequência, tentar atingir as metas projetadas para o IDEB.

Para entender os avanços que ocorreram e os desafios atuais, é importante reconhecer as ações que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEE-BA), principalmente entre os anos de 2015 a 2019.

Entende-se que algumas ações implementadas podem ter contribuído para a melhoria, porém é possível compreender que se isso aconteceu pode-se destacar que algumas ações não trouxeram os resultados imediatos esperados, como no ano de 2017, quando o IDEB sofreu um declínio superior ao crescimento da aferição anterior.

O êxito é evidenciado após a análise dos objetivos das políticas públicas, do período da implementação e dos resultados obtidos durante o período analisado, estima-se que os eventos positivos superaram os negativos e que a Bahia, por estar buscando avanços em proficiência na leitura, escrita, cálculo e resolução de problemas, vive um momento de crescimento importantíssimo no cenário educacional.

Em virtude dos fatos mencionados, é notório que o papel das Políticas Públicas em Educação, frente às dificuldades de aprendizagem, continua sendo parte fundamental na contribuição para a melhoria dos resultados das avaliações externas, nos índices de aprovação escolar e, por consequência, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliação como diretriz das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais: o caso brasileiro. In: **Trabalho aprovado para apresentação no III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. 2012. Disponível em: https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/OcimarM.Alavarse_res_int_GT3.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

BAHIA. Artes Visuais Estudantis (AVE). **Portal da Secretaria de Educação**, 2008b. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/ave>. Acesso em: 14 abr. 2021

BAHIA. Avaliação Nacional. **Portal da Secretaria de Educação**, 2021. Gestão da Informação Educacional. Disponível em: http://escolas.educacao.ba.gov.br/avaliacao_nacional. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAHIA. Avaliações externas. **Portal da Secretaria de Educação**, 2012. Escolas. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/avaliacoesexternas>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BAHIA. Bahia apresenta evolução no Ideb 2015. **Portal da Secretaria de Educação**, 09 set. 2016. Notícias. 2016a. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/bahia-apresenta-evolucao-no-ideb-2015>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BAHIA. **Decreto nº 12.829 de 04 de maio de 2011**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027674/decreto-12829-11>. Acesso em 18 jan. 2021.

BAHIA. Formação de professores visa potencializar leitura e letramento dos estudantes do Ensino Médio. **Portal da Secretaria de Educação**, 04 ago. 2016c. Disponível em: <http://nte07.educacao.ba.gov.br/?p=444>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BAHIA. Jogos Estudantis da Rede Pública (JERP). **Portal da Secretaria de Educação**, 2008a. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/jogosestudantis>. Acesso em: 14 abr. 2021

BAHIA. Rede estadual de ensino da Bahia alcança melhor desempenho no IDEB. **Portal da Secretaria de Educação**, 15 set. 2020. Notícia. 2020a. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/rede-estadual-de-ensino-da-bahia-alcanca-melhor-desempenho-no-ideb>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado apresenta o resultado do IDEB à comunidade escolar. **Portal da Secretaria de Educação**, 15 set. 2020. Notícias. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/secretaria-da-educacao-do-estado-apresenta-o-resultado-do-ideb-comunidade-escolar>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. Ensino Médio. **Portal da Secretaria de Educação**, 2017, Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/ensinomedio1>. Acesso em: 10 out. 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Centros Juvenis de Ciência e Cultura. Documento-Base**. 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/cjccdocumentobaserevisado04092012.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. Territórios de Identidade. **Portal da SEPLAN**, s/d. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAHIA. Tempos de Arte Literária (TAL). **Portal da Secretaria de Educação**, 2008c. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/tal>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BAHIA. Termina nesta sexta-feira (13) processo seletivo para o projeto Mais Estudo de monitoria estudantil. **Portal da Secretaria de Educação**, 12 set. 2019. Notícias. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/termina-nesta-sexta-feira-13-processo-seletivo-para-o-projeto-mais-estudo-de-monitoria-estu>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BAHIA. Tribunal de Contas do Estado. **Dados da Educação na Bahia**. 2016b, Disponível em: <https://www.tce.ba.gov.br/fiscalizacao-da-educacao/dados-da-educacao-na-bahia>. Acesso em: 21 dez. 2020.

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO, Creso. O “estado da avaliação” nos Estados. In: _____ (org.) **A avaliação da educação básica: pesquisa e gestão**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, p. 65-78.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em:

BRASIL. Decreto nº 85.287 de 23 de Outubro de 1980. Cria o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste - EDURURAL - NE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 out. 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85287-23-outubro-1980-434719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 jan. 2021.

BRASIL. Escolas particulares também poderão avaliar desempenho de estudantes por meio do Saeb. **Portal do Ministério da Educação**, 26 jun. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50711-saeb>. Acesso em 18 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Resultados e Metas. **Portal do Governo Federal**, 15 set. 2020. IDEB. 2020b. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5902750>. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Histórico Saeb. **Portal do INEP**, 29 out. 2019. Educação Básica. Disponível em: <http://inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Metas. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**, 15 out. 2020. Áreas de Atuação. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/metas>. Acesso em: 02/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano subnacionais de Educação. **PNE em Movimento**, 2020c. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Nenhum estado atinge a meta do Ideb 2017 no ensino médio. **Portal do MEC**, 03 set. 2018. Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/68371-nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio-indice-avancou-apenas-0-1>. Acesso em: 18 fev. 2021.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.59, p.229-258, abr./jun. 2008.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 501-521, 2007.

GATTI, Bernadete. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 22, n. 50, p. 593-597, set/dez. 2011.

LOPES, Valéria. V. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil. Tese (Doutorado)** – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01042015-153205/publico/VALERIA_VIRGINIA_LOPES.pdf. Acesso em 18 fev. 2021.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de avaliação da educação brasileira: limites e perspectivas. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 19, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. IDEB - Apresentação. **Portal do MEC**, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica sobre Teoria de Resposta ao Item**. Brasília: DAEB, 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2011/nota_tecnica_tri_ene_m_18012012.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica sobre Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Brasília: IDEB, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

OVANDO, Nataly G.; FREITAS, Dirce N. T. As iniciativas de avaliação nas redes escolares municipais. In: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; REAL, Giselle Cristina Martins (org.). **Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais**. Dourados: Editora UFGD, 2011. p. 297-322.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. **Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista**. 2012. 141 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 46, p. 53-59, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 28, p. 23-38, 2003.

VIANNA, Heraldo Marelim. Medida da qualidade em educação: apresentação de um modelo. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 60, p. 36-42, 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: **Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 19, n. 73, p. 769-792, 2011.